

Congresso promulga hoje duas emendas constitucionais

As duas propostas foram aprovadas durante o período de convocação extraordinária que se encerra nesta segunda-feira. Uma inclui a moradia entre os direitos sociais da Carta Magna e outra limita gastos com câmaras municipais

O senador Antonio Carlos Magalhães conversa com os senadores Eduardo Suplicy, Marina Silva e José Agripino em Plenário

SENADORES REPUDIAM CRÍTICAS DO FMI AO FUNDO CONTRA POBREZA

PÁGINAS 4 E 5

Dois emendas constitucionais aprovadas durante a convocação extraordinária serão promulgadas hoje, às 15h30, pelas Mesas do Senado e da Câmara, em sessão do Congresso Nacional. Uma delas, de autoria do ex-senador Esperidião Amin, limita os gastos com as câmaras de vereadores. A outra emenda, do senador Mauro Miranda, inclui a moradia entre os direitos sociais da Constituição.

PÁGINA 3



Esperidião Amin, autor da emenda que restringe gastos com vereadores



Mauro Miranda: proposta inclui moradia entre os direitos constitucionais

Plenário vota empréstimo do BID para ensino médio

PÁGINA 2

MERCOSUL TEM NOVAS REGRAS PARA DEFESA DA CONCORRÊNCIA

PÁGINA 2



O vice-presidente da República, Marco Maciel, em entrevista concedida aos jornalistas Fernando Cesar Mesquita e Rubem Azevedo Lima, defendeu, na TV Senado, investimentos em educação, ciência e tecnologia como forma de reduzir as desigualdades do país. "O Brasil tem tudo para ser protagonista do século XXI", previu. [Página 3.](#)

CCJ volta a discutir emenda que disciplina precatórios

Por ter recebido emendas em plenário, a proposta de emenda constitucional (PEC) que define as regras para o pagamento de precatórios judiciais volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O relator, senador Edison Lobão (PFL-MA) deve apresentar novo parecer sobre as emendas oferecidas pelos senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Álvaro Dias (PSDB-PR).

Na primeira análise da comissão, Lobão apresentou substitutivo à proposta original da Câmara, permitindo o parcelamento dos precatórios em até dez anos. A proposta também estabelece que os precatórios só sejam pagos quando não houver mais possibilidade de recurso às sentenças judiciais.

O Plenário também realizou sexta-feira o segundo dia de discussão, em primeiro turno, da PEC que institui a Desvinculação das Receitas Orçamentárias da União (DRU). A proposta consta da pauta da última sessão da convocação extraordinária, a se realizar hoje.

Crédito para prefeitura de Belo Horizonte terá urgência

O Plenário aprovou sexta-feira requerimento de urgência para o projeto de resolução que autoriza a prefeitura de Belo Horizonte a contratar operação de crédito de R\$ 4,4 milhões, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os recursos serão utilizados no programa de apoio à modernização da administração tributária municipal.

A solicitação da prefeitura da capital mineira teve parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovado na quinta-feira, quando o secretário municipal de Fazenda da cidade, Fernando Pimentel, explicou que o dinheiro será utilizado na compra de carros, equipamentos de rádio e informática, na melhoria do atendimento ao contribuinte e no treinamento de fiscais.

Senado vota empréstimo do BID para a educação

Operação, no valor de US\$ 250 milhões, destina-se ao financiamento do Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio

No último dia da convocação do Congresso durante o recesso parlamentar, o Plenário do Senado votará, hoje à tarde, projeto de resolução que autoriza o governo federal a tomar um empréstimo de US\$ 250 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinado a bancar parcialmente o Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio. O dinheiro será repassado pela União aos estados que iniciarem a reforma do ensino médio.

Também será votado projeto que autoriza a prefeitura de Belo Horizonte a assinar empréstimo com o BNDES, no valor de R\$ 4,4 milhões, para modernização da administração tributária municipal.

O Plenário continuará a discussão de duas importantes propostas de mudanças na Constituição, a que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e a que institui a Desvinculação de Receitas da União (DRU).

Após a Ordem do Dia do Senado, haverá uma sessão conjunta do Con-



Os senadores também apreciarão hoje, último dia da convocação extraordinária, projeto que autoriza a prefeitura de Belo Horizonte a captar R\$ 4,4 milhões junto ao BNDES

gresso, no próprio plenário do Senado, para que as Mesas do Senado e da Câmara promulguem as emendas constitucionais que limitam os gastos das câmaras de vereadores e incluem a moradia entre os direitos sociais do brasileiro.

Amanhã, às 11 horas, haverá uma sessão solene do Congresso, também no plenário do Senado, destinada à instalação dos trabalhos normais do semestre dos deputados e senadores.

Mais tarde, às 14h30, a comissão mista encarregada de examinar a medida provisória que institui a taxa de

autorização de funcionamento de bingos e faz mudanças na Lei Pelé fará reunião para ouvir o ex-jogador de futebol Arthur Antunes Coimbra, o Zico. A comissão continuará seu trabalho na quinta-feira, às 10h, quando ouvirá representantes de associações de bingos de São Paulo, Minas e Distrito Federal.

Na quarta-feira, às 15h30, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização se reunirá para votar os últimos destaques dos sub-relatórios que tratam de "Infra-Estrutura" e "Saúde".

Aprovado acordo que define regras de defesa da concorrência no Mercosul

O Senado aprovou na sessão plenária de sexta-feira o texto do Protocolo de Defesa da Concorrência do Mercosul. O documento, firmado em 1996, pretende assegurar o crescimento equilibrado do comércio, bem como aprofundar o processo de integração entre o Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Em relatório apresentado à Comissão de Relações Exteriores, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) apresentou voto favorável e observou que a aprovação desse instrumento contri-

buirá para sinalizar aos nossos parceiros a vontade política do Brasil de consolidar a integração regional.

Como os termos do protocolo poderiam transferir competência do Conselho de Defesa Econômica (Cade) para o novo Conselho do Comércio do Mercosul (CCM), Távola pediu que a matéria fosse novamente analisada na CAE.

Chamado a apresentar o novo parecer, o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) opinou que o protocolo tem por base justamente a legislação brasileira. "Forçoso é concluir que o CCM deverá estar



O senador Artur da Távola apresentou parecer favorável à aprovação

integrado pelo Cade e pela SAE (Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda). Portanto, ficará preservada a atuação dos órgãos nacionais de controle de concorrência", argumentou.



SEGUNDA-FEIRA, 14 DE FEVEREIRO DE 2000

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

14h30 — Preside sessão deliberativa ordinária
15h30 — Preside sessão conjunta do Congresso Nacional

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Segundo dia de discussão, em primeiro turno, da PEC que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; segundo dia de discussão, em primeiro turno, da PEC que institui o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza e a Contribuição Social sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos de Natureza Financeira; terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da PEC que cria a Desvinculação de Receitas da União (DRU); Projeto de Resolução (PR) que autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor de até US\$ 250 milhões, de principal, entre o governo do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); PR que autoriza a prefeitura de Belo Horizonte (MG) a contratar operação de crédito com o BNDES, no valor de R\$ 4,4 milhões, destinando-se os recursos à modernização da administração tributária municipal.

15h30 — Sessão conjunta do Congresso destinada à promulgação das Emendas nº 25/2000 à PEC nº 28/96, que inclui a moradia nos direitos sociais; e 26/2000 à PEC nº 15/98, que limita as despesas dos legislativos municipais. *Plenário do Senado.*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Terça-feira
11h — Sessão solene do Congresso destinada à instalação dos trabalhos da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura. *Plenário do Senado*

COMISSÕES

Terça-feira
14h30 — Comissão Mista destinada a examinar a "Medida Provisória (MP) nº 2.011-4, que institui a Taxa de Autorização de Bingos.
Pauta: Depoimento de Artur Antunes de Coimbra (Zico). *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

Quarta-feira
15h30 — Comissão Mista de Orçamento
Pauta: Apreciação dos destaques das áreas temáticas V (Infra-Estrutura) e VII (Saúde). *Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

Quinta-feira
10h — Comissão mista destinada a examinar a MP nº 2.011-4, que institui a taxa de autorização de bingos.
Pauta: Depoimento de representantes de associações de bingos. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademar Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéias Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



O vice-presidente Marco Maciel chega à TV Senado para a entrevista

Marco Maciel defende investimento em educação

Em entrevista concedida à TV Senado, o vice-presidente da República Marco Maciel fez uma avaliação positiva das perspectivas do Brasil e defendeu o investimento em educação, ciência e tecnologia. Para ele, ao lado da reforma política, essa seria uma condição indispensável para eliminar as desigualdades e colocar o país em papel de destaque no mundo.

— O Brasil tem tudo para ser um protagonista do século XXI. Conseguimos a estabilidade política e econômica e estamos resgatando a dívida social brasileira. A educação é fundamental para dar ao país instituições sólidas e modernas. Feito isso, teremos, inevitavelmente, uma presença no mundo — afirmou.

O vice-presidente não tem dúvidas ao apontar a educação como “o maior problema do país” e “a grande questão estrutural brasileira”. Ele sugeriu a abertura de novos caminhos, entre eles o estímulo à pesquisa aplicada, ao investimento empresarial e à coopera-

ção com outros países em desenvolvimento, mas advertiu que não há soluções fáceis.

— É preciso investir por uma, duas gerações para obter resultados. Educação, ciência e tecnologia são dramaticamente importantes. Acho que esta será a marca do século XXI: a revolução no campo das informações e do conhecimento — enfatizou.

A respeito das mudanças vividas pelo mundo a partir da queda do Muro de Berlim, Maciel disse que a globalização não pode ser sinônimo de uniformização, e que a individualidade dos povos precisa ser respeitada. Ele reiterou que o Brasil não tem sido complacente com interferências: os termos dos acordos com o FMI demonstrariam isso, e o governo estaria atento contra protecionismos inaceitáveis.

Na entrevista, exibida pela TV Senado no fim de semana, Maciel respondeu a perguntas dos jornalistas Fernando Cesar Mesquita e Rubem de Azevedo Lima.

Para Francelino, ninguém pode ser contra salário mínimo mais justo

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) lamentou a restrição do ministro da Previdência Social, Waldeck Ornelas, à proposta de um salário mínimo equivalente a US\$ 100,00 (cerca de R\$ 176,00), lançada por uma ala de seu partido. O senador lembrou que a Comissão Executiva Nacional do PFL, da qual é vice-presidente, deliberou favoravelmente à realização de um amplo debate sobre a proposta, apresentada pelo deputado Luiz Antonio de Medeiros (SP).

Para Francelino, o partido precisa tomar uma posição a respeito do salário mínimo no país. Ele lembrou que o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, já se manifestara favoravelmente a um valor mais justo.

— O ministro da Previdência não poderia manifestar seu repúdio. O Congresso Nacional não pode ficar indiferente a essa pobreza. Ninguém do governo, e muito menos do PFL, pode se manifestar de forma diferente — alertou.

Para Francelino, a defesa de “renda

suficiente para viver com um mínimo de dignidade é uma proposta da nação brasileira como um todo”. Ele afirmou que “nenhum partido nesta Casa é conservador”, e pediu apoio do Partido dos Trabalhadores (PT) à proposta.

— O PT tem, evidentemente, que aliar-se ao PFL nesta luta, para que possamos conseguir, pela decisão do governo e do Parlamento brasileiro, um salário mínimo mais digno — frisou.

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou que a proposta em estudo pelo PFL não fixa o salário mínimo em dólares, mas dá o parâmetro para um salário mais digno. O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) defendeu o apoio de todos os partidos que queiram reverter a condição de miséria do povo. Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que o PFL defende, em suas metas, a implantação de programas de renda mínima, mas o governo, do qual participa, fez um programa que qualificou como “chifrim”.

Duas emendas constitucionais serão promulgadas hoje

Propostas por senadores, matérias incluem a moradia entre os direitos sociais e limitam os gastos das câmaras de vereadores

As Mesas da Câmara e do Senado promulgarão hoje, às 15h30, no Plenário do Senado, duas emendas constitucionais propostas por senadores. Uma delas, de autoria de Mauro Miranda (PMDB-GO), inclui a moradia entre os direitos sociais assegurados aos brasileiros pela Constituição; a outra, apresentada pelo então senador Esperidião Amin, fixa

percentuais dos orçamentos municipais que podem ser gastos com as câmaras de vereadores, variáveis conforme a população dos municípios.

As duas propostas de emenda constitucional constaram da pauta da convocação extraordinária do Congresso que, iniciada no dia 5 de janeiro, será encerrada hoje.

Legislativos municipais terão gastos limitados

A emenda constitucional que estabelece limites para os gastos das câmaras de vereadores, de acordo com critério que leva em consideração a população do município, é uma das que serão promulgadas hoje. De acordo com a emenda, cidades com até 100 mil habitantes não poderão ultrapassar 8% da receita municipal com gastos em subsídios de vereadores, funcionários e manutenção das câmaras, excluídos os gastos com inativos. Os demais percentuais são os seguintes: 7% para municípios de até 300 mil habitantes; 6% naqueles com até 500 mil habitantes; e 5% nos municípios com população superior a 500 mil habitantes.

De iniciativa do então senador Esperidião Amin, a proposta de emenda constitucional (PEC) obteve a aprovação do Senado, foi modificada pela Câmara dos Deputados e retornou à apreciação dos senadores, que acompanharam o relator da matéria, senador



Jefferson Péres diz que a emenda “disciplinou o que hoje não tem disciplina alguma”

Jefferson Péres (PDT-AM), e mantiveram o texto da Câmara.

— A emenda à Constituição disciplinou o que hoje não tem disciplina alguma — disse o senador.

Outro aspecto positivo da emenda, segundo Jefferson Péres, está na obrigatoriedade de os prefeitos repassarem os recursos às câmaras municipais até o dia 20 de cada mês, sem ultrapassar os limites fi-

xados, sob pena de incorrerem em crime de responsabilidade. O efeito dessa medida, na opinião do relator, será o de evitar “as barganhas antiéticas que hoje ocorrem entre prefeitos e vereadores”.

Por outro lado, observou o senador, o estabelecimento de sub-tetos para os subsídios dos vereadores, que variarão de 20% a 75% dos subsídios dos deputados estaduais, também levando em conta a população do município, contribuirá para a contenção dos gastos com os legislativos.

Mesmo reconhecendo que há imperfeições na PEC, como o percentual de 5% de gastos para cidades com população acima de 500 mil habitantes, considerado muito alto por vários senadores, Jefferson argumenta que nesses centros urbanos a imprensa e a opinião pública são mais atuantes na fiscalização dos gastos públicos e certamente impedirão que as câmaras elevem os gastos atuais.

Moradia passa a ser considerada direito social

A inclusão da moradia entre os direitos sociais inscritos no artigo 6º da Constituição é “um instrumento formal de luta para a sociedade e um referencial de ação para o Estado”, segundo o senador Mauro Miranda (PMDB-GO), autor de emenda constitucional que será promulgada hoje pelo Congresso Nacional. Aprovada pelo Senado no ano passado, a matéria constou da pauta da convocação extraordinária da Câmara dos Deputados, onde foi aprovada em 27 de janeiro.

Mauro Miranda admite que, como acontece com os direitos fundamentais do cidadão brasileiro à educação, saúde, trabalho, previdência social, segurança, assistência aos desamparados e proteção à maternidade e à infância — previstos no artigo 6º —, o direito à moradia não solucionará de imediato o déficit habitacional de 5,1 milhões de mora-



Mauro Miranda espera que a emenda viabilize políticas na área de habitação

dias, estimado pelo IBGE. Como esses cálculos excluem moradias precárias, como palafitas e barracos, o déficit total pode atingir 12 milhões.

O senador acredita, porém, que sua proposta viabilizará políticas públicas federais, estaduais e municipais na área de habitação, dado

que a sociedade organizada nos partidos políticos, sindicatos, organizações não-governamentais, igrejas e universidades passa a contar com apoio constitucional às reivindicações por acesso a condições dignas de moradia. Por outro lado, entende Mauro, assim como os programas governamentais nas áreas de educação, saúde, previdência social e proteção à maternidade e à infância têm que dar prioridade aos mais pobres, os sem-teto serão referencial para as autorizações de financiamentos habitacionais.

Tida como instrumento de desenvolvimento econômico nos países desenvolvidos, a inclusão do direito à moradia nos textos constitucionais foi recomendada pela ONU na 2ª Conferência sobre Assentamentos Humanos (Habitat II), realizada em Istambul, Turquia, em 1996.

ACM repudia críticas do FMI ao fundo contra pobreza

“Uma ousadia e uma interferência descabidas nos assuntos internos brasileiros” – assim o presidente do Senado considera as declarações do representante do Fundo Monetário contra proposta de emenda em tramitação no Congresso

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, repudiou na sexta-feira as críticas feitas pelo representante do Fundo Monetário Internacional (FMI) no Brasil, Lorenzo Perez, à proposta de emenda constitucional que prevê a criação do fundo contra a pobreza. O senador classificou a manifestação como “uma ousadia e uma interferência descabidas nos assuntos internos brasileiros” e considerou que a resposta do governo por meio de nota do Ministério da Fazenda foi “excelente”. A nota do ministério diz que as questões internas do Brasil “não são tema do FMI”.

A respeito do pronunciamento feito na manhã pelo senador Jader Barbalho (PA), líder do

PMDB (veja matéria ao lado), a favor da proposta de criação do fundo de combate à pobreza e em apoio à tese lançada por segmentos do PFL em defesa de um salário mínimo equivalente, em reais, a 100 dólares americanos, o presidente do Senado discordou da avaliação feita por jornalistas no sentido de que o discurso teria sido “irônico”.

– O senador Jader foi muito elogioso e eu fiquei tão emocionado que quase tive de sair da Mesa, tal a comoção com suas

palavras – observou Antonio Carlos, para quem “o Jader tem essa coisa, ele não diz sanada que não pensa”.



Antonio Carlos Magalhães considerou “excelente” a nota do Ministério da Fazenda

Francelino destaca reação do governo

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) manifestou seu repúdio às declarações do representante do Fundo Monetário Internacional (FMI) no Brasil, Lorenzo Perez, com ressalvas ao modelo do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Para ele, trata-se de uma ingestão do órgão internacional em assunto de interesse interno do país.

Afirmando que o Brasil não poderia ficar indiferente diante das manifestações de Perez, Francelino leu na sexta-feira, no Plenário do Senado, a nota divulgada no dia anterior pelo Ministério da Fazenda. Ele disse que o ministro Pedro Malan, embora não tenha sido votado por ninguém, “falou em nome de 170 milhões de brasileiros”.

Na nota, o governo afirma que a alocação de recursos orçamentários é uma prerrogativa dos poderes Executivo e Legislativo brasileiros e “não é nem nunca foi” tema de discussão com o FMI. Para Francelino, a nota “sai do coração e das entranhas do povo brasileiro para responder a um representante do FMI que não merece o respeito do Congresso Nacional”.

JUSTIÇA

O senador lembrou que o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza foi proposto pelo presidente do Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães, “dentro do sentimento de que o Brasil precisa urgentemente construir uma

sociedade justa”.

Francelino lamentou, ainda, a omissão do governo brasileiro diante de declarações do embaixador norte-americano, há pouco mais de dois meses, a respeito de assunto interno do país, embora relacionado com empresa americana. Segundo ele, “as declarações ofenderam o Brasil e cabia ao presidente da República mani-



Francelino afirmou que o ministro Pedro Malan falou em nome de todos os brasileiros

festar também a repulsa em relação a essa intromissão”.

O primeiro vice-presidente do Senado, Geraldo Melo (PSDB-RN), na presidência da sessão, também manifestou sua indignação com relação à intervenção de um funcionário do FMI em assuntos internos do Brasil.

– Faço questão de registrar essa posição por considerar intolerável e inadmissível esse tipo de postura e indispensável uma reação enérgica e firme do Parlamento. Tolerância com a primeira posição não significa que devemos consultar o FMI sobre decisões que devem ser tomadas soberanamente pelas instituições que a democracia brasileira, com o apoio da sociedade, criou e mantém – disse Geraldo Melo. Também participou do debate, em aparte, o senador Sérgio Machado (PSDB-CE).

Para Jader, proposta não deve ser emendada

O líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), durante a discussão da proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria o Fundo de Combate à Pobreza, solidarizou-se com a proposta do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) de criação do fundo e com a sugestão do PFL de aumento do salário mínimo.

– Agora é para valer: Antonio Carlos Magalhães combatendo a pobreza e o PFL pedindo o aumento do salário mínimo. Essas propostas merecem o apoio do PMDB – disse.

Segundo Jader, nem mesmo o que o geógrafo Josué de Castro escreveu sobre a pobreza, nem a campanha contra a fome empreendida pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, ou a atuação da primeira dama, Ruth Cardoso, frente ao Comunidade Solidária tiveram tanta repercussão quanto a apresentação da proposta de Antonio Carlos. O líder do PMDB afirma acreditar que esse episódio é um marco na história do país.

Jader disse que irá apelar ao presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB-SP), para que aquela Casa aproveite a “cruzada cívica” e o “clima de entusiasmo” observados e, rapidamente, transforme a PEC em lei. “A proposta é tão boa, séria, conseqüente, que não merece nem ser emendada.”

Na presidência dos trabalhos, Antonio Carlos se disse “comovido” com as palavras de Jader.

SALÁRIO MÍNIMO

Jader Barbalho anunciou ainda que enviou mensagem ao presidente nacional do PFL, senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), informando que recebeu com “entusiasmo” a notícia de que o PFL havia lançado



Jader Barbalho disse que pedirá a Michel Temer apoio à proposta contra a pobreza

campanha para fixar o salário mínimo em US\$ 100. Porém, disse ter ficado frustrado quando, 24 horas mais tarde, o partido recuou da proposta, face a reação do ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornelas.

Em aparte, o líder do PFL, senador Hugo Napoleão (PI), disse que não há discrepância entre a decisão da Executiva do partido e a nota da presidência no dia seguinte.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) ressaltou o gesto de Antonio Carlos de levantar a bandeira do combate à pobreza e lançar o olhar sobre a gente sofrida do Brasil.

MALAN

Na avaliação de Jader Barbalho, a reação do ministro da Fazenda, Pedro Malan, às declarações do representante do FMI no Brasil, Lorenzo Perez, demonstra que não existem mais resistências à proposta. “Malan, que nunca havia recebido um pobre no seu gabinete, segundo o presidente do Senado, está indignado”, afirmou.

Lauro vê risco de crescimento da direita

Diante dos indícios de que o Brasil está piorando sua situação social, o senador Lauro Campos (PT-DF) se disse receoso de que a “frustração acumulada e a ausência de perspectiva” criem um ambiente propício para a extrema direita assumir o poder. Lauro tomou como exemplo a Alemanha de 1939, que, com 44% de desemprego, elegeu o líder nazista Adolph Hitler.

– O pequeno tumor que aflorou na Áustria (com a recente ascensão da extrema direita ao poder) está presente em outros países como a Alemanha,

França, em todos os cantos do mundo, pronto para assumir o poder – alertou, durante a discussão da proposta de emenda constitucional que cria o Fundo de Combate à Pobreza.

Segundo Lauro, a proposta original do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) poderia resultar em pouco mais de R\$ 4 *per capita*, com recursos retirados dos mais ricos e das empresas. Porém, o substitutivo do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), na avaliação de Lauro, retira dinheiro de áreas como saúde, educação e alimentação.

Como dados negativos, o senador apontou ainda a notícia de que a massa salarial do país recuou 9,38% somente em 1999. Ele também lembrou que o ex-presidente Fernando Collor prometeu que deixaria a Presidência com o salário mínimo valendo US\$ 300. Porém, agora, o desafio é fazer com que o mínimo volte a valer US\$ 100.

– Estamos recuando. O caráter reacionário do país é tão grande que realmente nós não conseguimos avançar as nossas propostas – disse.



Lauro lembrou que a Alemanha, com 44% de desemprego, elegeu Hitler

Relator reconhece limites, mas prevê que país avançará

Proposta contra a pobreza, segundo Lúcio Alcântara, é “um instrumento útil” e uma resposta política do Congresso

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), relator das propostas de emenda constitucional (PEC) que instituem o Fundo de Combate à Pobreza, afirmou na sexta-feira que a iniciativa, apesar de ser “tímida” e incapaz de erradicar, de imediato, o problema da pobreza no país, já significa um grande avanço.

— Eu nunca disse, nem direi, que esse fundo vai acabar com o problema da pobreza no Brasil. Mas defendo em qualquer instância que esse é um instrumento útil, competente, correto e oportuno para combatermos esse problema e é, sobretudo, uma resposta política da nossa parte — afirmou.

Lúcio Alcântara admitiu a possibilidade de acolher uma ou outra emenda, desde que aperfeiçoem o substitutivo. Ele propôs a continuação do debate, mas não admite que sejam alterados princípios que considera fundamentais. O senador também explicou por que retirou das propostas a



Alcântara esclareceu que retirou o conselho por achar que ele é tema para lei complementar

previsão de criação de um conselho gestor que administraria os recursos do fundo.

— Eu retirei (*o conselho*) com a convicção de que isso é matéria para ser tratada em lei complementar. A proposta da comissão que estudou o problema estabelece que o Conselho Gestor do fundo vai mandar o Orçamento para o Congresso Nacional, e não mais o presidente da República. Não há razões institucionais que autorizem uma exigência desse tipo — disse o senador.

Em aparte ao discurso de Alcântara, a senadora Marina Silva (PT-AC) e o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) insistiram na

necessidade de um conselho que administre os recursos do fundo. Marina pretende que a referência ao órgão conste do texto a ser votado no Senado. “A idéia de que esse conselho terá de prestar contas à sociedade, ao Congresso e ao governo federal requer transparência e não pode ser vista como algo estranho.”

Valadares aproveitou para sugerir o nome do ex-bispo de Duque de Caxias, dom Mauro Morelli, como coordenador-geral do conselho. “Mas o que importa é que teremos um conselho gestor independente, que possa gerir os recursos, aplicando-os sem interferência política”, disse.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) observou que o problema não está na carência de recursos, mas na forma como são aplicados. “Quando o governo estabelece um trilhão no seu PPA (Plano Plurianual) e quando observamos o Orçamento da União, verificamos claramente que o problema não é o recurso. No ano passado, o governo comprometeu R\$ 151 bilhões com o pagamento de juros e serviços da dívida. Isso é grave demais”, frisou.

Substitutivo é insuficiente, diz Marina

O substitutivo do senador Lúcio Alcântara às propostas de emenda constitucional que instituem o Fundo de Combate à Pobreza é, para a senadora Marina Silva (PT-AC), insuficiente para atacar o problema. Ela criticou o fato de o substitutivo cortar pela metade a arrecadação prevista na proposta original do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), de R\$ 8 bilhões.

Marina também condenou a retirada, no parecer de Alcântara, da criação do Conselho Gestor do fundo. Ela entende que, com a participação da sociedade, os recursos do fundo terão uma aplicação mais eficaz no combate à miséria, com uma nova “química política”, um novo processo de tomada de decisão.

— Se for para retornar dinheiro ao governo federal, o fundo não terá efeito, pois o governo continuará fazendo suas políticas sociais chinfrins. O problema não é



Marina Silva também se manifestou contra a eliminação do Conselho Gestor

apenas falta de dinheiro, mas a inadequada aplicação dos recursos. Não entendo o medo de colocar na proposta um conselho de solidariedade, paritário, que defina as políticas sociais e as prioridades — afirmou a senadora, que defende a rediscussão das PECs.

Marina ressaltou que a comissão mista especial que discutiu o combate à pobreza chegou ao consenso de que o conselho seria neces-

sário e de que a definição da linha de pobreza, também ausente da proposta de Alcântara, seria feita em lei.

— Estamos desconsiderando três meses de discussão. Da maneira como está, será mais uma política assistencialista. O avanço e o acúmulo da comissão da pobreza não foi contemplado — declarou.

O senador Artur da Távola (sem partido-RJ), em aparte, criticou o Partido dos Trabalhadores, que, na sua

visão, supõe que, ao criticar o governo, critica o sistema.

— É o sistema e não o governo que deve ser criticado. No momento em que o PT prefere, por razão circunstancial, criticar o governo ao sistema perde a oportunidade de abrir as consciências e abordar a questão central do problema. O governo tem enfrentado, na medida do possível, o problema — disse.

Suplicy pede definição sobre o uso dos recursos

A proposta de emenda constitucional (PEC) que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza precisa, na opinião do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), definir as políticas públicas em que os recursos serão aplicados. Para o senador, o substitutivo do senador Lúcio Alcântara trata do assunto de maneira “muito generalizada”.

— O fundo será criado para que as pessoas pobres venham a ter meios adequados de subsistência, para custear ações de nutrição, educação e saúde. Mas o texto não define como os R\$ 4 bilhões serão efetivamente canalizados — reclamou o senador.

Suplicy se disse frustrado, pois, na sua visão, já era hora de o go-



Suplicy lamenta que o substitutivo não defina como os R\$ 4 bi serão aplicados

verno e o Congresso saberem quais os melhores instrumentos de política econômica para efetivamente erradicar a pobreza.

Heloísa acha que conselho garantiria participação social

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) reclamou da ausência da figura do Conselho Gestor no substitutivo do senador Lúcio Alcântara às propostas de emenda à Constituição (PEC) que criam o



Para Heloísa Helena, empresas devem contribuir

Fundo de Combate à Pobreza. Parte da PEC original, o conselho, na opinião de Heloísa, seria fundamental para garantir a participação da sociedade na aplicação dos recursos arrecadados.

Heloísa justificou o voto contrário do PT ao substitutivo

apresentado por Alcântara defendendo a volta ao texto da proposta de receitas como a contribuição social progressiva de empresas com faturamento mensal superior a R\$ 1 milhão, o imposto sobre supérfluos e o adicional de 0,08% sobre movimentações financeiras pelo prazo de dez anos.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) lamentou que o PT vote contra a criação do fundo.

Suassuna vê na solução da seca maior ajuda para pobres

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) aproveitou a discussão da proposta de emenda constitucional que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza para pedir a transposição das águas do rio São Francisco até a Paraíba, onde grande parte da população vive excluída da riqueza do país. “Com a transposição, nos preocuparemos com esses que sequer têm água para beber”, afirmou Suassuna, que manifestou-se favorável à PEC.

Para o senador, boa parte da miséria verificada na Paraíba se deve à “cruel” condição climática e ao fato de o estado ter 75% de seu território sobre a região do cristalino, que tem pouca água no subsolo.



Ney Suassuna defendeu a transposição do rio São Francisco

Eduardo pede ocupação produtiva da Amazônia e do Centro-Oeste

Zoneamento econômico e ecológico permitiria, na opinião do senador, utilizar 120 milhões de hectares de terras na agricultura

A comparação entre a safra agrícola brasileira do ano passado, de 82,5 milhões de toneladas, 9,8% superior à de 1998 segundo o IBGE, e a norte-americana, que alcançou quase 500 milhões de toneladas, fez com que o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) defendesse a necessidade do conhecimento efetivo da região amazônica e do Centro-Oeste para que se promova a ocupação agrícola em bases sustentáveis nessas regiões.

– Se o dado pode ser considerado auspicioso, devido ao pequeno aumento sobre o ano anterior, é imperioso admitir que se trata de uma produção medíocre para um país de imensas possibilidades como o Brasil – afirmou.

Para Eduardo Siqueira Campos, tal diferença deve-se muito mais à não-ocupação de terras agricultáveis de que dispõe o país do que à produtividade. Ele defende a idéia de que a ocupação para produção agrícola de apenas 20% da região amazônica



Siqueira Campos considera produção brasileira “medíocre” para um país com tanto potencial

e do Centro-Oeste resultaria em 120 milhões de hectares de terras produtivas.

Embora reconheça que essas regiões abrigam ecossistemas compostos de áreas frágeis e intoxicáveis, Eduardo observa que não se trata de sistemas homogêneos, havendo áreas plenamente apropriadas ao uso sustentável para a agricultura.

A experiência realizada no Tocantins, primeiro estado, segundo informou, a concluir o zonea-

mento econômico e ecológico – estudo para identificação de características do solo e do meio ambiente –, é apontada pelo senador como um esforço que tem repercutido no aumento da safra estadual.

– É urgente que trabalho semelhante seja concluído em toda a Amazônia e no Centro-Oeste e que, a partir dele, possam ser definidas as ações necessárias à ocupação produtiva e sustentável do país – defendeu.

Mauro Miranda espera duplicação da BR-153 ainda no atual governo

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) registrou a confirmação, pelo presidente da República, de seu compromisso com os eixos de desenvolvimento do Centro-Oeste. Segundo o senador, o presidente, em entrevista à revista *Resenha*, enfatizou o papel da região como produtora de grãos para o mercado asiático e a necessidade de escoamento da produção. Diante disso, o senador reforçou suas esperanças de que a BR-153, ligação rodoviária entre Goiânia e São Paulo, seja duplicada antes do final do governo Fernando Henrique.

Mauro Miranda lembrou que



Mauro Miranda

há três anos o presidente enviou três ministros a um encontro promovido em Itumbiara com o objetivo de mobilizar os estados de Minas Gerais e Goiás em benefício da construção do eixo rodoviário. Logo depois, FHC recebeu, no Palácio do Planalto, lideranças políticas, empresariais e populares dos dois estados para reafirmar o seu interesse na construção daquela rodovia. “Finalmente, o presidente incluiu o projeto entre as prioridades do Programa Plurianual de Investimentos, na sua primeira versão”, assinalou o senador.

O orçamento atual, lembrou Mauro, contempla recursos de R\$

22,5 milhões para a obra, que serão aplicados ainda este ano. A concorrência, que está em fase final, prevê a restauração do trecho atual de mão única e o início das obras de duplicação entre as cidades de Professor Jamil e Itumbiara, numa extensão de 140 quilômetros, segundo informou.

Para Mauro Miranda, o importante é garantir um cronograma anual que permita a construção total do eixo rodoviário até a ponte do rio Grande, na divisa com São Paulo, antes do encerramento do governo Fernando Henrique. O senador ainda destacou outras estradas de grande interesse para Goiás, como a BR-452, que liga Itumbiara a Rio Verde. O edital de concorrência para a restauração dos seus 116 quilômetros, com financiamento do Banco Mundial, e a duplicação da rodovia entre Brasília e Goiânia já foi publicado, informou.

Quintanilha propõe o uso de sensores para prevenir acidentes com gás

Projeto do senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) obriga a instalação de aparelhos sensores e bloqueadores de vazamento de gás em estabelecimentos comerciais. A proposta também abrange edificações com razoável afluência de pessoas, como restaurantes, hotéis, locais onde ocorrem práticas esportivas, recreativas ou de educação e prestação de serviços, assim como prédios residenciais com mais de três andares.

“Trata-se de adoção de medida preventiva na área da defesa civil”, explicou Quintanilha na justificativa da proposta, para evitar acidentes provocados por vazamento de gás. De acordo com o senador, a iniciativa contribuirá para que a população desfrute de mais segurança, “principalmente onde existe concentração e grande movimentação de pessoas”.



Quintanilha pretende evitar repetição de tragédias como a do Shopping de Osasco

– Essa medida já vem sendo adotada isoladamente, em âmbito municipal, em razão da ocorrência periódica de tragédias, como a do Shopping de Osasco, em São Paulo, que vitimou inúmeras pessoas, e que poderiam ser evitadas mediante a utilização de sensores de monitoração de vazamento – frisou.

Amorim aplaude trabalho da Polícia Federal em Rondônia

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) elogiou o trabalho da Polícia Federal em Rondônia, afirmando que o órgão colhe os frutos de investimentos feitos na infra-estrutura policial. Como resultado, destacou, foram efetuadas em 1999 mais de 170 prisões por tráfico de cocaína, além da captura dos assassinos de um agente penitenciário, de um delegado de polícia e de um agente da própria PF. Ele ressaltou que o órgão ainda contribuiu para o desbaratamento de quadrilhas de traficantes no Nordeste, Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo, onde importantes conexões estavam enraizadas.

Amorim disse que havia uma “impressão de impunidade que fez escola no estado devido a crimes anteriores”, mas observou que a expectativa do aumento de violência foi revertida pelo superintendente da Polícia Federal de Rondônia, Wilson Damázio. Segundo o senador, no ano passado o efetivo da PF foi aumentado em cerca de 50 homens, entre delegados, agentes e escrivães. “Além disso, houve dinheiro para combustível e demais despesas das



Ernandes Amorim destaca resultados obtidos pela Polícia Federal em 1999

investigações”, assinalou.

– Era isso que eu vinha pedindo, a presença efetiva da Polícia Federal na fronteira. Assim há resultado – comemorou Ernandes Amorim, alertando, no entanto, que o governo federal deve investir na Amazônia e oferecer condições de trabalho na região, visando à redução da criminalidade. Devido à falta de emprego, acrescentou o senador, os trabalhadores acabam por procurar fonte de renda com os traficantes internacionais de entorpecentes.

Requião quer pressa em ação contra Bradesco e Vetor

Senador apela a procurador-geral da República para que as responsabilidades dos dois bancos no escândalo dos precatórios, objeto de processo em tramitação na Justiça do Rio, sejam julgadas o mais rápido possível

Juvêncio lamenta aumento das queimadas em MS

O aumento do número de focos de queimadas em Mato Grosso do Sul foi analisado na sexta-feira em Plenário pelo senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS). Segundo dados obtidos no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e na Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa), em 1999 foram registrados 12 mil focos contra menos de 2 mil, em 1998. No início deste ano, o número de queimadas cresceu ainda mais.

Segundo avaliação técnica obtida pelo senador, a resposta para esse aumento está no fenômeno *El Niño*, que tem como um de seus efeitos a ampliação do período de seca. Como Mato Grosso do Sul é um estado eminentemente rural, a seca antecipa o período das queimadas na agricultura e nas pastagens da pecuária. Em muitos casos, a queimada ocorre de maneira espontânea.

Juvêncio da Fonseca disse ter ficado surpreso que o aumento das queimadas tenha se verificado a despeito da atuação do Ibama, considerada exemplar pelo



Juvêncio ficou surpreso com o aumento das queimadas

senador. Ele citou especificamente o programa Prevfogo, executado dentro do Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais. A missão do Prevfogo é disseminar normas de uso controlado do fogo. "Agora, os técnicos do Ibama enfrentam um novo desafio", afirmou.

Em aparte, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) disse que é justa a preocupação com as queimadas, mas lamentou que o Ibama venha cobrando — com base em normas administrativas — multas absurdas de pequenos proprietários que se utilizam da tradicional queimada nas suas lavouras de subsistência.

Também em aparte, a senadora Marina Silva (PT-AC) pediu mais recursos ao governo federal para evitar que os agricultores tenham que fazer uso das queimadas. Para o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), a proteção ao meio ambiente não deve constranger a atividade econômica das populações da Amazônia. "Essa devastação toda de que falam não existe", disse Mestrinho.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) fez um apelo na manhã de sexta-feira ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, para desistir de sua ação que paralisou o processo envolvendo os bancos Bradesco e Vetor no chamado escândalo dos precatórios — a fraude com títulos públicos estimada em R\$ 3 bilhões que foi desvendada por uma CPI em 1997.

Como ex-relator da CPI, Requião pediu ao Supremo Tribunal Federal empenho para que não se retarde a ação penal em curso na Justiça do Rio de Janeiro. "Pela primeira vez no Brasil, uma CPI conseguiu 'pegar pela cauda' banqueiros importantes como o diretor de operação de títulos públicos do Bradesco, Katsumi Kihara", observou o senador. "Não é justo que o processo seja paralisado", afirmou.

Segundo Requião, o procurador considerou o Supremo Tribunal Federal o foro adequado para o processo. "O ministro Ilmar Galvão não concedeu a liminar solicitada por Brindeiro e a questão ainda não foi julgada pelo STF. Mesmo assim, o juiz da 1ª Vara, Julio Mansur, decidiu suspender o processo", disse o senador, citando matéria publicada por *O Estado de S. Paulo* na sexta-feira.

O senador considerou "incompleta" a matéria do jornal, porque não expõe claramente a ação do Bradesco no escândalo dos precatórios. "É preciso fazer um *strip-tease* nos negócios



Requião espera que os responsáveis acabem na cadeia

do Bradesco, porque não teria havido a maracutaia dos precatórios, em especial os R\$ 480 milhões em títulos sem base legal emitidos pelo estado de Pernambuco, se não houvesse um 'bancão' para garanti-los no final de cada dia", ressaltou.

Roberto Requião indagou o motivo do silêncio da imprensa brasileira

sobre o que apontou como irregularidades dos grandes bancos. "Será dívida ou empréstimo não honrado?", perguntou. Ele manifestou sua confiança de ver, um dia, diretores do Bradesco "elegantemente conduzidos à enxovia pública".

Senadores manifestam pesar pelo falecimento de Saldanha Derzi

O Senado aprovou requerimento de pesar pela morte do ex-senador Rachid Saldanha Derzi, falecido na tarde da quinta-feira, em Campo Grande (MS), vítima de derrame cerebral. O ex-parlamentar tinha 82 anos e estava internado desde o dia 19 de janeiro. A proposta de enviar condolências à família de Derzi foi apresentada pelos senadores Ramez Tebet



Saldanha Derzi exerceu mandato de senador por três vezes

(PMDB-MS), Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) e Lúdio Coelho (PSDB-MS).

Falando também em nome dos senadores Ramez Tebet e Lúdio Coelho, que estavam em Campo Grande para assistir ao funeral, Juvêncio da Fonse-

ca disse que Saldanha Derzi exerceu mandatos 10 vezes, tendo vencido seguidas eleições. Acrescentou que o ex-parlamentar foi vereador e duas vezes prefeito de Ponta Porã, quatro vezes deputado federal e três vezes senador:

— Mato Grosso do Sul está entristecido pela perda de Saldanha Derzi. Aqui nesta

Casa sua presença ainda é sentida não só pela saudade que deixou, mas pelos atos que praticou como senador. Nessa homenagem, enviamos condolências e um sentido abraço à sua família, em especial à esposa Edviges

Coelho e aos filhos Carlos Magno e ao deputado federal Flávio Derzi — disse.

Em nome do Partido dos Trabalhadores e do Bloco Oposição, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) também lamentou o falecimento do ex-senador. O senador Francelino Pereira (PFL-MG) disse estar surpreso com a notícia e também elogiou a atuação de Derzi no Parlamento.

Nabor Júnior (PMDB-AC) lembrou que Saldanha Derzi teve atuação destacada no Congresso e foi, durante algum tempo, líder do governo José Sarney no Senado. O primeiro vice-presidente da Casa, Geraldo Melo (PSDB-RN), disse que a Mesa apresentou condolências pela morte de Derzi, "que deixou amigos e um rastro de admiração pelo seu trabalho e atuação".

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — *Unip*: Impotência sexual — 2ª parte
6h30 — *Debate*: Senadores Francelino Pereira e Carlos Wilson falam dos 40 anos da Sudene
6h55 — *Senado em Pauta*
7h30 — *Entrevista*: Senador Nabor Júnior fala sobre recesso parlamentar
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Cores do Brasil*: Turismo em Marajó
8h30 — *TV Escola Meio Ambiente*: Energia
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — *Cores do Brasil*: Turismo Alagoas
9h30 — Comissão de Assuntos Econômicos — Audiência pública com o governador Mário Covas (reapresentação)
14h25 — *Senado em Pauta*
14h30 — Sessão Plenária (vivo)
18h30 — *Entrevista*: Senador Mozarildo Cavalcanti fala sobre o funcionamento do Senado
19h30 — *Debate*: Senadores Francelino Pereira e Carlos Wilson falam dos 40 anos da Sudene
20h30 — *Entrevista*: Senador Nabor Júnior fala sobre

recesso parlamentar

21h — *Jornal do Senado*
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta — Edição Nordeste*
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste*
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste*
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação

Mozarildo elogia solidariedade do Brasil após tragédia das enchentes na Venezuela

A solidariedade prestada pelo Brasil ao povo da Venezuela, após a tragédia causada por uma sucessão de tempestades, enchentes e inundações que destruiu milhares de casas e deixou mais de 30 mil mortos e 200 mil desabrigados, foi elogiada em pronunciamento do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). Ele defendeu que a integração e a mútua colaboração entre os dois países não fique restrita às ocasiões emergenciais e, sim, torne-se uma realidade "mais palpável".



Mozarildo: 600 toneladas de donativos enviados pelo Brasil

O senador lembrou que a Venezuela é o segundo maior fornecedor de petróleo ao Brasil, o que gerou, no ano passado, um superávit estimado em US\$ 600 milhões para a Venezuela. Mozarildo calcula que o Brasil pode equilibrar essa balança comercial aumentando a exportação de produtos manufaturados e bens de capital:

— Passados dois meses do início dos fatídicos acontecimentos, podemos constatar que o Brasil não se eximiu de sua responsabilidade de país ami-

go e de maior país da América Latina. Foram enviadas, do Brasil para a Venezuela, cerca de 600 toneladas de alimentos, remédios e roupas, doados por órgãos estatais, empresas privadas e pela população em geral — afirmou.

A manifestação concreta de solidariedade, de acordo com Mozarildo, partiu do governo do estado de Roraima, que enviou 70 socorristas da Polícia Militar para ajudar nas operações de resgate. Esses militares foram condecorados pelo presidente venezuelano Hugo Chávez. Além disso, Mozarildo revelou que Roraima também enviou 12 médicos, comida e remédios.



Álvaro não entende por que o BNDES decidiu financiar obra na República Dominicana

Álvaro quer esclarecer empréstimo do BNDES

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) solicitou informações ao presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Andrea Calabi, sobre financiamento de US\$ 129 milhões concedido pela instituição para a construção de um aqueduto de 290 km na República Dominicana, conforme reportagem do jornal *O Estado de S.Paulo*. O senador comunicou sua iniciativa ao Plenário na sexta-feira.

Dizendo-se espantado com a notícia, Álvaro Dias informou que a operação de crédito, confirmada pelo embaixador do Brasil na República Dominicana, Fernando Fontoura, contraria as recentes declarações do presidente do banco de que o BNDES estaria empenhado em reorientar seus investimentos, priorizando setores geradores de emprego.

O texto do jornalista Leonardo Trevisan, que motivou o pedido de esclarecimentos e cuja íntegra o senador leu durante seu discurso, informa que a empresa Andrade Gutierrez foi escolhida, sem licitação, para fazer a obra. Conforme a reportagem, o custo do aqueduto é de US\$ 162 milhões, dos quais 80% são financiados pelo BNDES e 20% pelo ABN Amro.

De acordo com Álvaro Dias, o Colégio Dominicano de Engenheiros, Arquitetos e Agrimensores (Codia) e o Conselho Nacional da Empresa Privada da República Dominicana declararam que a obra deve ser submetida a uma licitação internacional. A oposição naquele país passou a barrar no Congresso a ratificação do contrato, assinado em agosto pelo presidente Leonel Fernández.

Álvaro Dias disse ainda, com base na reportagem, que empresas brasileiras de construção civil, que concluíram obras na República Dominicana, têm enfrentado dificuldades para receber créditos vencidos: "Só em uma obra, entregue em 1997, a dívida acumulada chega a US\$ 2 milhões".

Suplicy aconselha Congresso a acompanhar o caso AmBev

Para ele, devem ser avaliados os efeitos da fusão da Antarctica e da Brahma tanto sobre a concorrência interna como no mercado internacional

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que, ao analisar a fusão das cervejarias Brahma e Antarctica, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) deve examinar a importância tanto da concorrência interna como da competição internacional. "Não será decisão fácil e cabe ao Congresso acompanhar isso muito de perto", aconselhou ele.

Suplicy conversou com o ex-deputado petista Aírton Soares, hoje advogado da Associação Brasileira dos Distribuidores da Antarctica, que contou ter sido o seu cliente procurado por dois advogados que lhe pediram R\$ 20 milhões para persuadir o Cade na elaboração de um parecer a respeito dessa fusão. Conforme Suplicy, o próprio Aírton Soares levou essa informação a uma conselheira do Cade, o que resultou na abertura de um inquérito hoje em andamento.

Suplicy elogiou a iniciativa do sena-

dor Renan Calheiros (PMDB-AL), que propôs que os membros do Cade sejam ouvidos no Senado sobre o episódio. Também fez elogios ao trabalho realizado por esse conselho, que, ao longo dos últimos anos, "vem aumentando significativamente seu trabalho em defesa da saúde da economia brasileira e contra os abusos do poder econômico".

Eduardo Suplicy acrescentou que, mesmo com estrutura pequena e orçamento reduzido, o atual grupo de conselheiros do Cade aumentou em 951% o total de processos julgados no mandato anterior. Em aparte, Geraldo Melo (PSDB-



Eduardo Suplicy elogiou o trabalho desenvolvido pelo Cade nos últimos anos

RN) disse que a AmBev é a primeira criação, na indústria de bebidas, de uma estrutura suficiente para enfrentar a concorrência com os gigantes internacionais. Lembrando que a empresa que mais agressivamente entrou na luta contra a fusão é ligada à Coca-Cola, ele ironizou: "Talvez a Coca-Cola não goste de empresas grandes".

Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse que o Brasil precisa fortalecer estruturas como o Cade e simplificar o processo de fiscalização. "Se quer modernizar o Estado, o governo tem que investir nas estruturas reguladoras e fiscalizadoras", recomendou.

Senador pede informações sobre moeda plástica

Preocupado com a possibilidade de o governo brasileiro adotar moeda plástica sem conhecimento suficiente sobre sua segurança contra falsificações, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou requerimentos para que os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e da Justiça, José Carlos Dias, ofereçam informações a respeito. Suplicy observou que há apenas cinco anos a Austrália adotou essas cédulas.

Há indicações de que o governo pretende introduzir cédulas que utilizam tecnologia ainda pouco conhecida, sem a realização de testes que comprovem a economicidade, durabilidade, segurança e adequação des-

sas cédulas às condições de funcionamento da economia brasileira — alertou o parlamentar.

Conforme Suplicy, a ausência de informação sobre os preparativos para a adoção dessa nova cédula exige que o Legislativo busque os devidos esclarecimentos. Ele quer que o Ministério da Fazenda informe quando foi assinado o primeiro contrato entre o Banco Central e a empresa australiana Note Printing Australia Limited para o fornecimento de cédulas de polímero. Quer também saber se o contrato tem cláusulas garantindo a transferência de tecnologia de fabricação dessas cédulas para o Brasil.

Suplicy questiona ainda as condições em que o Banco Central contratou o fornecimento de 250 milhões de cédulas de R\$ 10,00. Ele indaga ainda se a instituição realizou licitação internacional para a aquisição das cédulas; se foram realizados testes para comprovar a durabilidade e economicidade das cédulas de plástico; e se o BC acionou a Polícia Federal para obter informações sobre a falsificação de notas de 100 dólares australianos ocorrida no ano passado.

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) sugeriu que a Polícia Federal examine o processo de fabricação dessas cédulas.

Maria do Carmo diz que Internet traz desafio fiscal

A expansão da Internet como meio de negócios representa um desafio para países, como o Brasil, que têm um sistema tributário oneroso, complexo e sujeito à sonegação e à evasão fiscal. Essa é a opinião da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), para quem o lado mais sombrio da Internet é a mobilidade de contribuintes ricos, que pode ajudar a manter na pobreza os menos privilegiados.

A Internet, como pode estar em todo o lugar e em lugar nenhum, pois não tem fronteiras e nem ocupa lugar no espaço, vem lançar um grande desafio ao fisco e à arrecadação, pois é

um canal totalmente diferente de circulação de produtos e serviços dos produtores aos consumidores. Certamente, taxar produtos e varejistas virtuais é muito mais difícil do que lidar com produtos e varejistas físicos e palpáveis — avaliou a senadora.

Para Maria do Carmo, a capacidade de que a rede tem de viabilizar a movimentação da "riqueza sem pátria" pode acirrar ainda mais a guerra fiscal entre países para atrair empresas e investimentos externos. Ela lembrou que especialistas já manifestam sérias preocupações quanto às repercussões, ainda imprevisíveis, da Internet na



Maria do Carmo: "Taxar produtos virtuais é muito mais difícil do que lidar com produtos palpáveis"

área fiscal.

Em certos países, observou a senadora, um volume considerável de receitas poderá simplesmente desaparecer, fazendo com que os governos passem, de um dia para o outro, a enfrentar dificuldades para garantir os serviços básicos à população.



Na opinião de Ademir, a rede prova que é possível oferecer saúde gratuita com qualidade

Ademir Andrade defende a ampliação da Rede Sarah

Homenageando todos os funcionários da Rede Sarah de Hospitais do Aparelho Locomotor, em especial o seu idealizador e cirurgião-chefe, Aloysio Campos da Paz Júnior, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) os cumprimentou por desenvolverem uma medicina de qualidade. Ele defendeu a instalação de hospitais da rede no Pará, para atender toda a região Norte, e em outros estados. Atualmente, o Sarah tem unidades hospitalares funcionando em Brasília, Salvador, São Luís e Belo Horizonte.

O padrão de eficiência do Sarah-Brasília, segundo Ademir, é reconhecido internacionalmente pela Organização Mundial de Saúde. Ele informou que o trabalho desenvolvido com crianças vítimas de lesão cerebral está sendo adotado em todo o mundo sob o nome de "método Sarah".

Ademir Andrade lembrou que a primeira unidade da Rede Sarah foi criada em 1960 quando a então primeira-dama Sarah Kubitschek implantou um centro de reabilitação. Com a entrada de Campos da Paz, em 1968, acrescentou o senador, foi que surgiu a ideia de montar uma rede de hospitais do aparelho locomotor.

Campos da Paz é uma das figuras mais importantes da medicina moderna brasileira por sua capacidade de gerenciar com perfeição uma rede tão complexa e de demonstrar que a medicina gratuita pode e deve ser exercida com a mesma competência e seriedade com que se exerce a particular — comentou Ademir Andrade.

O senador confessou que sempre que visita uma unidade da Rede Sarah renova suas esperanças de que algum dia o Brasil possa ter uma assistência à saúde digna. Ele lamentou que hoje a saúde pública do país enfrente tantos problemas, como hospitais sucateados, falta de médicos para o atendimento e escassez de recursos até para os procedimentos mais simples.